

Dispensa de cópia do agravo no processo eletrônico foi destaque

Para a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, quando houver tramitação eletrônica do feito em primeira e segunda instâncias, o agravante não precisa juntar cópia da petição do recurso na origem, bastando comunicar o fato ao juiz da causa.

Porém, se houver tramitação eletrônica apenas na primeira instância, a cópia da petição do agravo deve ser juntada na origem, sob pena de nulidade, pois no caso contrário, o recurso não será conhecido.



Emabasamento científico

O Tribunal de Justiça de São Paulo [utilizou](#) pesquisas científicas para rejeitar uma denúncia por tráfico e tratar o réu como usuário. Ele havia sido preso com 3,52 g de crack. A decisão do 1º Grupo de Direito Criminal do TJ-SP seguiu o voto da relatora da desembargadora Kenarik Boujikian.

As pesquisas citadas tratam da quantidade de consumo diário de drogas por usuários e, segundo a relatora, a quantidade de entorpecentes apreendida com o réu se adéqua àquelas indicadas nas pesquisas. Além dos estudos, a relatora afirmou que não existe no processo prova de que o entorpecente destinava-se a tráfico ilícito.

Súmulas do Carf

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) [anunciou](#) a aprovação de 24 súmulas jurisprudenciais. Entre os novos enunciados, destaca-se a que trata do cálculo de juros pela Selic nos casos de multa de ofício. Havia conflito sobre qual taxa aplicar, e a Fazenda costumava autuar sempre

com base na correção mais favorável ao Fisco.

É a primeira vez que o Carf edita súmulas desde que teve as atividades interrompidas pelas investigações de denúncias de corrupção no órgão, em 2015.

FRASE DA SEMANA

A liberdade de um indivíduo suspeito da prática de infração penal somente pode sofrer restrições se houver decisão judicial devidamente fundamentada, amparada em fatos concretos e não apenas em hipóteses ou conjecturas, na gravidade do crime ou em razão de seu caráter hediondo”.

Ministro Gilmar Mendes, do STF, ao [conceder](#) Habeas Corpus ao ex-secretário de Transportes de São Paulo e ex-presidente da Dersa Laurence Casagrande Lourenço.

ENTREVISTAS DA SEMANA

Spacca



Em [entrevista](#) à **ConJur**, o advogado e ex-presidente do TRT da 1ª

Região Nelson Tomaz Braga diz que o Direito do Trabalho é protecionista, mas a Justiça do Trabalho não pode ser. "O Direito pode ser protecionista, ele foi forjado para proteger o empregado, mas o juiz tem que ter o discernimento de aplicar as regras como elas devem ser aplicadas", afirma.

Ao fazer uma análise da reforma trabalhista, Braga diz que as mudanças são positivas e devem gerar empregos, mas que ela só vai se consolidar daqui uns 5 anos. "Uma das coisas muito importantes dessa reforma é a prevalência do negociado pelo legislado. Isso foi um grande avanço. É a vontade da parte. É a parte que tem que dizer o que quer e o que não quer, não pode ser como a Justiça do Trabalho interpreta alguns casos, com base no *in dubio* pró-operário", avaliou.

RANKING



2,5 milhões

número de visualizações
de página na ConJur



844 mil

número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

A notícia mais lida da semana, com 55 mil acessos, foi novamente sobre o

[parecer](#) em favor da candidatura do ex-presidente Lula, que está preso desde abril.

Segundo os advogados e professores Alamiro Velludo Salvador Netto e Juliano Breda, a Lei da Ficha Limpa afirma que uma pessoa condenada em segunda instância pode se candidatar se houver plausibilidade de que seja absolvida em recurso. E a ação de Lula ao Superior Tribunal de Justiça tem chance de ser vitoriosa.

Com 46 mil visitas, o segundo texto mais lido foi a coluna "Observatório Constitucional", que questiona se o Supremo Tribunal Federal pode ignorar a vontade do constituinte. Nela, o professor Jorge Octávio Lavocat Galvão [destaca](#) a importância do elemento histórico no debate constitucional.

"Não se revela razoável que os motivos autênticos que levaram a edição de determinada norma constitucional sejam solenemente ignorados pelo intérprete, já que decorrentes de um processo político considerado legítimo", afirmou.

As dez mais lidas

[Recurso de Lula tem chance de ser aceito e ele deve concorrer, dizem professores](#)

Coluna "Observatório Constitucional": [O Supremo Tribunal Federal pode ignorar a vontade do constituinte?](#)

[Brasil será responsabilizado se TSE desobedecer ONU, dizem professores](#)

Coluna "Senso Incomum": [ECA no lixo e licença para matar... É? Um candidato pode dizer isso?](#)

Coluna "Segunda Leitura": [A depressão alcança e prejudica as carreiras jurídicas](#)



[Entendimento da ONU sobre Lula "é impositivo", afirma André Ramos Tavares](#)
[TJ de São Paulo usa pesquisas científicas para rejeitar denúncia por tráfico](#)
[Juíza condena Metrô de São Paulo a indenizar passageiro roubado em estação](#)
[Brasil deve seguir decisão da ONU e autorizar candidatura de Lula, vota Fachin](#)
[Juiz condena Alexandre Frota a indenizar Chico Buarque por dano moral](#)

Manchetes da Semana

[Se houver interesse coletivo, desistência do autor não impede julgamento de recurso](#)
[Processo eletrônico dispensa agravante de juntar cópia de recurso na origem, diz STJ](#)
[Suspender CNH de devedor de pensão alimentícia é medida inútil, diz TJ-DF](#)
[Entrevista – Nelson Tomaz Braga: "O Direito do Trabalho é protecionista, mas a Justiça do Trabalho não pode ser"](#)
[Ingresso de processos criminais em todo o país é o menor desde 2009, aponta CNJ](#)
[Por maioria, TSE nega candidatura de Lula com base na Lei da Ficha Limpa](#)
[Brasil deve seguir decisão da ONU e autorizar candidatura de Lula, vota Fachin](#)
[Se bem for essencial, juiz pode incluir dívida por alienação na recuperação judicial](#)
[Proibição da Anvisa para gays doarem sangue é inconstitucional, decide TJ-RN](#)

Date Created

08/09/2018